

## Património Mundial Lusófono – VI – África do Noroeste: de Ceuta ao Cabo Bojador



gradualmente a sua importância a partir de 1471 com a conquista de Tânger e Arzila.

O rei pretendia prosseguir a política de ocupação sistemática de Marrocos a partir do estreito de Gibraltar e projetou uma nova expedição que lhe garantisse a conquista de **Tânger**, desejo coletivo desde o desastre da primeira tentativa de 1437 em que ficara cativo D. Fernando, acabando este por falecer no cárcere como “Infante Santo”. A estratégia adoptada para a conquista de Tânger foi

atacar a cidade de **Arzila**, um pouco mais a sul, em baía



aberta ao Atlântico.

O combate foi feroz e só terminou com a aniquilação de toda a resistência. Ao terem conhecimento dos acontecimentos, os habitantes de Tânger abandonaram

a cidade que assim caiu nas mãos do exército português sem derramamento de sangue. As duas décadas que se seguiram à conquista de Arzila foram os anos mais tranquilos da conturbada presença portuguesa na zona setentrional de Marrocos. Foi construída uma forte cidadela com um torreão e uma vasta cintura de muralhas rodeava completamente a vila, conjunto que ainda hoje subsiste (Fig. 3). Sobre uma

das portas, a designada “Porta da terra”, encontra-se bem visível o brasão de armas de Portugal.

Prosseguindo pela orla atlântica, a cerca de 75 km a sudoeste de Casablanca avista-se **Azamor** com as suas poderosas fortificações construídas pelos Portugueses a partir da sua conquista em 1513 (Fig. 4).

Foi um dos resultados da política expansionista de D. Manuel que privilegiou, sobretudo, o sul de Marrocos onde os portugueses já estavam estabelecidos nos territórios das Praias e na **Duqueia** (a sul de Mazagão). Na zona meridional, o cabo de **Guer** e as **Praias do Suz Remoto** serviam de porto de



Percorrendo o Noroeste de África, a partir do estreito de Gibraltar, à descoberta dos vestígios da presença portuguesa nessa região, deparamos, em primeiro lugar, com **Ceuta**. Cidade marroquina situada na costa sul do referido estreito, impressiona pela riqueza do seu património histórico, com relevo especial para as suas possantes, mas harmoniosas no seu conjunto, muralhas defensivas (Fig. 1). Construídas pelos Portugueses ao longo dos anos após a conquista dessa rica e poderosa cidade, a 21 de Agosto de 1415, elas são a materialização e a memória de um acontecimento marcante da História de Portugal que assinala o início da Expansão ultramarina. Encetada no norte de África devido à convergência de uma série de fatores, que não importa aqui analisar, sem dúvida razões de peso teriam motivado os conselheiros do rei D. João I e impelindo-o a querer apoderar-se dessa próspera praça de comércio, acabar com as arremetidas dos piratas norte-africanos nas costas portuguesas e canalizar para Lisboa o tráfego oriental e africano que confluía em Ceuta. Conquistada a cidade, foi o infante D. Henrique o escolhido pelo rei para orientar as obras de fortificação de Ceuta devido ao empenho e capacidades militares demonstradas na tomada da cidade. Contudo, não foi fácil para a guarnição dos 2500 homens de elite ali deixada sob a chefia de D. Pedro de Meneses, nomeado governador, manter a posse da cidade quando o rei D. João I regressou a Portugal acompanhado pelos seus filhos, pelo idoso condestável D. Nuno Álvares Pereira e grande parte da nobreza portuguesa que participara nessa expedição militar.

Os anos seguintes foram de resistência quotidiana contra a hostilidade dos marroquinos que não aceitaram facilmente a perda de Ceuta e constantemente a atacavam, justificando-se assim a necessidade permanente de reforço e alteração da traça das fortificações que a defendiam. A situação militar da praça só foi consolidada com a tomada de Alcácer Ceguer em 1458 e reforçada com a de Tânger e de Arzila em 1471. Pode-se afirmar que essas muralhas cumpriram a sua missão defensiva até Dezembro de 1640, data em que a cidade se manteve fiel ao rei espanhol e recusou aceitar D. João, duque de Bragança, como rei de Portugal. A meio caminho entre Ceuta e Tânger encontra-se **Alcácer Ceguer**. Foi ocupada em 1458 por D. Afonso V que aceitou a rendição dos moradores da praça quase sem combate. Foi solidamente fortificada com o objetivo de apoiar Ceuta, militarmente. Ainda hoje há vestígios impressionantes das suas muralhas (Fig. 2 Porta do mar e couraça) mas perdeu

embarque. Estas regiões, ricas em trigo e outros cereais, gado, cera, mel, cobre e objetos manufacturados com esse metal, eram de fácil penetração devido às numerosas tribos de mouros de pazes e à vitalidade da sua atividade comercial. Era através de um “contrato de proteção dos habitantes” que ficavam consignadas as obrigações mútuas dos contratantes, fundamentalmente, o auxílio militar por parte do rei português e o pagamento do tributo e facilidades aduaneiras acordadas pelas cabeceiras dos habitantes (os chefes locais). Azamor constituía uma espécie de protetorado, assim como Safim (Safi), este, o mais importante centro populacional de Marrocos e um opulento centro de fabrico de mantas e de tecidos muito apreciados nas terras dos negros. Estas cidades, portos de mar na sua maioria, viviam sob a “proteção” do rei português que, no entanto, as cobijava e matutava num modo de as dominar militarmente.

Assim, em 1506 D. Manuel mandou construir uma fortificação no sítio de **Mogador** (hoje **Essaouira**), e deu-lhe o nome de Castelo Real. Seguiu-se a aquisição da fortificação de **Santa Cruz de Cabo de Guer** (**Agadir**). Em 1508 o fa-



moso construtor Diogo de Azambuja conseguiu penetrar na cidade de **Safim** e fazer construir poderosas fortificações, embelezadas graças ao estilo manuelino, património que se conserva em muito bom estado até aos nossos dias (Fig. 5 Castelo do Mar)

Em 1513 um grande exército chefiado por D. Jaime, duque de Bragança, desembarca no porto de Mazagão e conquista Azamor, como já foi referido.

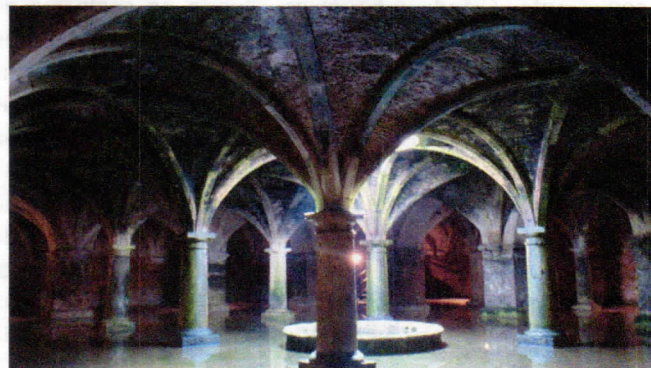


No ano seguinte, 1514, iniciou-se a ocupação militar seguida da fortificação do porto de **Mazagão** (contígua à posterior **El Jadida**). As obras prolongaram-se e as fortificações que se fizeram posteriormente, no reinado de D. João III, obedeceram já à traça italiana dos baluartes que procurava evitar a existência de ângulos mortos que facilitassem o assalto por parte dos inimigos. A proposta de Benedetto de Ravena e os trabalhos de João de Castilho e de João Ribeir-

ro deram origem a uma praça fortificada considerada das mais bem construídas durante a Expansão portuguesa (Fig.6)



A cidade construída pelos portugueses (Fig. 7) possui um extraordinário legado, com destaque para a sua cisterna (Fig. 8), distinguida pela Unesco como Património da Humanidade.



Até meados do século XVI Portugal possuía um sólido conjunto de cidades fortificadas no litoral norte e sul de Marrocos, cuja defesa exigia guarnições numerosas e bem armadas, difíceis de assegurar por uma demografia desproporcionada para um tão vasto império e por um erário depauperado. A tomada da praça de Santa Cruz de Cabo de Guer pelo xarife dos Sádidas, Mulei Mohamede Xequê, em 1541, precipitou a resolução já anteriormente pensada por D. João III de abandonar algumas praças marroquinas. No sul mandou evacuar Safim e Azamor e concentrar as forças em Mazagão. A norte manteve Ceuta, Alcácer Ceguer, Arzila e Tânger. Quando em 1550 o referido xarife sádida conquistou a cidade de Fez ao sultão oatácida, sentindo a ameaça que pairava sobre as praças mais indefesas, realisticamente D. João III ordenou a evacuação de Alcácer Ceguer e Arzila e a concentração das guarnições em Tânger e Ceuta.

Quando o duque de Bragança foi aclamado rei em 1640, Tânger e Mazagão apoiaram de imediato o novo soberano mas Ceuta, de população maioritariamente espanhola, preferiu manter a ligação a Filipe IV. Em 1661, Tânger foi entregue aos ingleses como uma parte do dote de casamento de D. Catarina com o rei Carlos II. Mazagão permaneceu na posse dos portugueses até 1769 quando uma trégua negociada pelo marquês de Pombal a devolveu ao sultão Sidi Mohamede ben Abdalá.

Os mais importantes exemplos do valioso património monumental que acabámos de elencar e contextualizar na sua origem histórica documentam bem os mais de três séculos e meio da presença portuguesa na região magrebina da África do Noroeste.

*Texto e Fotos de Maria Teresa Avelino Pires C. Neves*